

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ECONOMIA

DÊNIS FLORES NASCIMENTO

**UM DEBATE SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO CAPITALISMO, A
PARTIR DE THOMAS PIKETTY**

CRICIÚMA - SC

2016

DÊNIS FLORES NASCIMENTO

**UM DEBATE SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO CAPITALISMO, A
PARTIR DE THOMAS PIKETTY**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel, no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Mestre Sandro Eduardo Grisa

CRICIÚMA

2016

DÊNIS FLORES NASCIMENTO

**UM DEBATE SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO CAPITALISMO, A
PARTIR DE THOMAS PIKETTY**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 06 de Julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Sandro Eduardo Grisa - Mestre - UNESC - Orientador

Prof^o. Alcides Goularti Filho - Doutor - UNESC

Prof^o. Rafael Rodrigo Mueller - Doutor - UNESC

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível de realizar se não fosse pelos meus pais que sempre me apoiaram, aos meus professores que sempre tiveram tempo e paciência para me atenderem. E sobretudo a minha namorada e parceira Gabriela que em foi a pessoa que mais me apoiou, motivou, e da qual debati sobre os assuntos abordados aqui nesta monografia.

“Há dois tipos de economistas: os que trabalham para enriquecer os mais ricos, e os que trabalham fazer os menos pobres serem menos pobres”

José Luis Sanpedro

RESUMO

Esta monografia visa esclarecer determinantes da concentração de renda e conhecer medidas estruturais de manutenção do sistema capitalista, por meio da análise do livro “O Capital No Século XXI” e “A Economia da desigualdade”, ambos de Thomas Piketty, e de diversos críticos. Piketty faz uma análise de dados que se estendem desde o século XVIII até momento atual. O autor explica quais fatores determinam se haverá igualdade econômica ou concentração de renda. O entendimento da origem do lucro no processo produtivo foi investigado, assim como para onde a maior parte dele se destina. Piketty analisa as fontes da renda e lucro, identificando-os. Para ele, as fontes de renda têm duas origens que podem ser rendimentos derivados do trabalho ou renda de capital. O estudo do lucro é importante, pois a forma como ele é distribuída no sistema determina se haverá desigualdade e como será seu nível, partindo então para a ideia de que se houver má distribuição de renda, quais mecanismos se pode utilizar para combatê-la. A pesquisa foi feita em base em textos e artigos disponíveis na internet e em livros, em especial, os de Piketty que é o tema desta pesquisa. Pelo fato de que o livro tema deste trabalho ter sido lançado muito recentemente, há escassez de trabalhos impressos que tratem a obra de Piketty, sendo que as críticas sobre o seu trabalho foram retiradas de sites, pois estes têm mais facilidades e agilidade de divulgação de críticas e opiniões do que livros impressos. O objetivo principal da pesquisa é entender quais processos influenciam uma sociedade a ter uma concentração de renda alta ou uma ampla distribuição. Identificar quais características do sistema façam com que algumas famílias e classes sociais permaneçam sempre sobre o topo da sociedade com as maiores fortunas, a partir dos textos de Thomas Piketty.

Palavras-chave: Renda. Capital. Igualdade econômica. Trabalho. Capitalismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPITALISMO PROBLEMÁTICO	13
2.1 ÉTICA CAPITALISTA	13
2.2 DISTRIBUIÇÃO, RENDA E CAPITAL ACUMULADO	16
2.3 TENDENCIA DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA A LONGO PRAZO	18
3 PROCESSO PRODUTIVO E O CUSTO DOS FATORES DE PRODUÇÃO.....	21
4 POLITICAS FISCAIS E AUMENTO DE PRODUTIVIDADE	23
4.1 DISCUSSÃO SOBRE O GRAU DE PROGRESSIVIDADE DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PROPRIEDADE, E UMA UTOPIA MUNDIAL.....	23
4.2 REDISTRIBUIÇÃO DIRETA E FISCAL.....	29
4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS GANHOS DO AUMENTO DE PRODUTIVIDADE	31
5 OBJETIVOS DA OBRA DE PIKETTY	34
6 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A questão das tendências do sistema no que diz respeito a distribuição da riqueza e da renda é teoricamente polêmica. A rigor, não há consensos amplos capazes de ‘fundar’ uma gestão de política econômica incontroversa. As polêmicas recentes no Brasil sobre exoneração fiscal para os produtos industrializados (IPI) como política anticíclica ou aumentos reais salário mínimo são dois exemplos fragrantemente da inexistência de um consenso amplo nessa área. Isso em si já é uma questão importante, e que remete à construção das ‘verdades’ em economia. Outra questão igualmente importante é que nem sempre é possível dissociar o ‘problema da distribuição’ como fenômeno geral (isto é, a tendência ‘pura’ do seu desenvolvimento) dos seus aspectos particulares nacionais. Ou seja, como integrar numa análise geral e abrangente as tendências atuantes no EUA, França e o Brasil por exemplo. Sabemos que um esforço teórico relevante já fora realizado na CEPAL entre os anos 50 e 80 a fim de demarcar a especificidade de Economia Latino-americana, e, assim, compreender as especificidades da nossa integração ao sistema capitalista.

Este trabalho remete a distribuição de renda. Os últimos anos no Brasil foram marcados por políticas de distribuição de renda que foram taxadas por muitos como assistencialismo desnecessário, se tornando assim uma grande polemica nacional, e tendo grande repercussão internacional. Não só no caso brasileiro, os benefícios desta distribuição de renda são visíveis, tanto nos âmbitos econômico quanto no social. Porém, ainda, verifica-se um ambiente de grandes disparidades econômicas.

A presente monografia visa esclarecer determinantes da concentração de renda e conhecer medidas estruturais de manutenção do sistema capitalista, por meio da análise do livro “O Capital No Século XXI” de Thomas Piketty¹ e de diversos críticos. A ideia principal é analisar a formulação proposta por Piketty (2014; 2015) para entender os motivos da desigualdade econômica. Sua proposição junto a de outros autores, como Kenneth Lux, evidencia que o sistema capitalista é um sistema, onde, por natureza, cria desigualdades econômicas. Como supera-las, é a questão. As principais políticas públicas e econômicas direcionadas a distribuir renda ou combater

¹ Thomas Piketty é um economista francês, formado pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres, e pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais de Paris. Ganhou destaque internacional com seu livro O capital no séc. XXI, publicado em 2014

a má distribuição, são geralmente contra o desejo dos grandes agentes econômicos privados, pois impõem dificuldades à acumulação destes. Isto se deve ao fato de que Piketty defende que o principal e fundamental fator para atingir a igualdade econômica é a distribuição de renda e tributação aos mais ricos, por meio de mudanças estruturais no capitalismo.

Diversos economistas criam teorias que tentam explicar e justificar as desigualdades do capitalismo, mas poucos conseguem abarcar explicações com rigor teórico e com dados bem fundados. Piketty (2014, p.556) em seu livro, inclusive faz uma interessante reflexão e crítica à muitos economistas:

Há muito tempo, os economistas buscaram definir suas identidades a partir de seus supostos métodos científicos. Na realidade, esses métodos são, sobretudo, fundados num uso imoderado de modelos matemáticos, que muitas vezes são apenas uma desculpa para permitir ocupar o terreno e disfarçar o vazio de propostas. Gastou-se energia demais, e ainda se gasta, em especulações puramente teóricas, sem que os fatos econômicos que tentamos explicar ou os problemas sociais ou políticos que buscamos resolver fossem definidos com clareza.

Lux, em sua obra “O Erro de Adam Smith” (1993), revela uma característica que chama a atenção na obra de Smith. Tal característica passa despercebida, assim como todo seu contexto. O interesse próprio não é tão benéfico quanto Smith afirmou. Ao ressaltar a importância do interesse próprio, Smith deixa de lado o papel da ética. Marx contribui com suas descrições detalhadas do processo produtivo, da criação da renda, o que é o trabalho assalariado, e quais são as possíveis origens da desigualdade de renda. Piketty, também, explica a base de origem, as formas como as desigualdades econômicas e as características das sociedades passadas e contemporâneas que facilitam a acumulação de renda na mão de poucos.

2 CAPITALISMO PROBLEMÁTICO

2.1 ÉTICA CAPITALISTA

Com o fim da Idade Média surgiu a burguesia, que eram pequenos comerciantes em busca de lucro. Este basicamente é o início do capitalismo. A sua essência é a propriedade privada, e os meios de produção. Este sistema é dividido em duas classes: uma minoria que são os donos dos meios de produção (os capitalistas) e a maioria são os proletariados (trabalhadores). Os donos desses meios de produção vendem suas mercadorias e serviços a toda a população, e compram a mão de obra necessária para produzir. Os proletários não possuem meios de produção, e por isso para se manterem são obrigados a venderem sua mão de obra para os capitalistas².

Eles têm que competir entre si para fazer a venda de sua mão de obra, afinal todos os trabalhadores ofertam o mesmo serviço; enquanto que um capitalista vende uma mercadoria que compete com um nicho de mercado específico. Em outras palavras, mesmo o capitalista tendo um nicho de mercado específico para competir com outros capitalistas, ele não precisa ceder tanto em suas negociações como os trabalhadores que competem em um mercado muito amplo. O capitalista tem aí uma vantagem em relação aos trabalhadores, por não precisar ceder tanto nos negócios, além de não precisar muito procurar alguém disposto a ofertar uma mão de obra barata, e tem aí possibilidade de obter lucro cada vez maior ampliando cada vez mais seus meios de produção e sua eficiência, além de expandir seu capital acumulado. Ao analisar esse contexto, percebesse que o capitalista segue o interesse próprio, mas não faz um bem comum.

O processo de concentração de renda é problemático quando entendemos a busca pelo interesse próprio. Mesmo que um herdeiro receba uma herança que o coloque em uma posição à frente de outro na corrida pela acumulação de riqueza, ele não pode ser condenado por receber a herança. Mas talvez por apenas buscar seu interesse próprio, sem dar oportunidade a outros competidores; ou ainda utilizar sua vantagem financeira e poder para cometer uma trapaça roubando outros, ou suprimir o crescimento e/ou expansão de outros indivíduos e suas atividades econômicas. E

² Ernest Mandel. O Capitalismo. 1981. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>. Acesso em: 26 abr. 2016.

isso é o que defende Smith, quando ele afirma que para atingir o bem comum, tem que se busca o seu interesse próprio. Afinal, o interesse próprio não induz a não cometer uma fraude, mas induz a não ser pego fraudando

A ganância, de certa forma, é eficiente quando utilizada para o enriquecimento, mas, ao se utilizar de trapaceiras para isto, se impede e dificulta que outros indivíduos se enriquecerem. Isto nos remete a distribuição de renda. Não há no capitalismo um lema de honestidade e ética durante o enriquecimento; mas sim os “negócios são negócios”. É difícil acreditar nesta possibilidade, e que um indivíduo pode deixar de lado a possibilidade de passar na frente de outros durante o processo de enriquecimento. Mas, na época de Smith a igreja tinha um papel muito importante na sociedade, e na consciência das pessoas. Lux (1993, p. 82) lembra bem este fato

(...) a concepção religiosa tradicional de moralidade estava ainda firmemente arraigada. O que era tradicionalmente visto como uma coisa má – o egoísmo ou o interesse próprio – passava a ser apresentado por Smith como uma coisa boa, um benefício social. Não é o tradicional benefício social da benevolência, afirma Smith, que nos nutre e sustenta (...), mas essencialmente o seu oposto – o egoísmo.

Esse papel que a igreja possuía foi perdido em parte por causa da corrida do capitalismo, pela busca do interesse próprio e em parte pela perda de poder econômico e político que a igreja exercia sobre a sociedade. Lux (1993, p.88) ao analisar a obra de Smith, afirma que a principal falha dele foi não colocar a palavra “apenas” em um dos principais trechos de sua principal obra intitulada “A Riqueza das Nações”³. Adam Smith (2006, p.18) escreveu que “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, ou do padeiro, que nós esperamos nosso jantar, mas da consideração eles têm pelo seu próprio interesse” Segundo Lux (1993, p.88), o correto seria: Não é apenas da benevolência... Isto talvez possa se resumir em um entendimento diferente do capitalismo descrito por Smith. Se diz talvez, pois um crítico poderia surgir e contrariar o “apenas” que Smith teria escrito. E é claro que o capitalismo não se desenvolveu sob a luz do que Smith escreveu. Ele apenas descreveu o ambiente econômico que via diante de seus olhos.

Ou seja, se Adam Smith tivesse escrito: Não é apenas da benevolência do açougueiro..., a nossa interpretação de seus textos poderia ser outra. Apenas poderia. Smith deixaria em aberto a questão de que apenas o interesse próprio é um importante agente para o bem comum. A forma original como Smith escreveu deixa a entender

³ Publicado originalmente em 1776

que a benevolência não é uma opção para o bem comum. Supomos que se um empresário recebe reclamação de seus funcionários sobre as condições de trabalho, e perante a legislação ele não é obrigado a realizar alterações em sua empresa para melhorar as condições de trabalho. Qual será sua medida a ser tomada baseada nas leituras de Smith? Se seguir a escrita original, o empresário irá ignorar as reclamações dos seus funcionários e evitar gastos. Percebemos então mais visivelmente a falha de Adam Smith. Ao seguir suas escritas, o capitalista não realiza o bem comum, mas sim faz a busca pelo interesse próprio que seria conter gastos. O que Smith escreveu foi e é muito útil para o desenvolvimento econômico. Através da ambição do interesse próprio, o capitalista consegue fomentar e realizar crescimento econômico de forma mais rápida, mas se seguir à risca a busca pelo interesse próprio, muito provavelmente ele irá cometer algo que prejudique um grupo de pessoas, empresa, estado, ou o meio ambiente.

A teoria econômica clássica trata a questão moral conforme a economista Robinson (1964, p.54 apud LUX, 1993, p. 87) explica: "Essa é uma ideologia para acabar com as ideologias, uma vez que aboliu o problema da moral. É necessário apenas que cada indivíduo aja egoisticamente para que o bem de todos seja atingido". Heyne (1983, p. 4 apud LUX, 1993, p.86) aparentemente exemplifica afirmando que não existe poluição, se referindo quando cita "poluição" é na verdade qualquer conflito de interesse, conforme sua lógica:

A poluição existe quando as expectativas das pessoas sobre o que elas podem e querem fazer entram em conflito. A poluição é eliminada quando os desacordos entre os direitos de propriedade são resolvidos – quando aqueles que anteriormente contestavam as ações de outros passam a consenti-las.

Ao mesmo passo Lux (1993, p. 86) completa Heyne da seguinte maneira: "Se o sistema de preços puder ser reajustado de forma que os que se sentem infelizes com relação ao que jugam ser a poluição sejam pagos o suficiente para ficar quietos, a assim chamada poluição desaparece." Em outras palavras, Heyne afirma que os problemas causados podem ser silenciados. Como? Pela simples busca do interesse próprio que Smith descreveu. Vejamos, tomamos como exemplo uma serralheria que desmata uma área protegida da natureza, pode simplesmente subornar os fiscais ambientais de tal modo que como ninguém reclame do desmatamento, ele aparentemente não exista. Assim a leitura de Robinson fica mais clara quando se lê Heyne (1983) e Lux (1993). Quando o preço do suborno ou da punição sobe demais,

então é preciso se adequar e não infringir normas. Se torna mais viável se adequar as leis, do que tentar infringi-la. É um sistema egoísta que é capaz de resolver seus próprios problemas. Lux ainda observa que Smith, em sua obra “A Teoria dos Sentimentos Morais”⁴, defende basicamente que os indivíduos devam se colocar no lugar dos outros para poder entendê-los e evitar conflitos. Tal modo de agir faz com que o indivíduo entenda a visão de outra pessoa e tenha assim um comportamento mais tolerável e que crie oportunidades. Essa interpretação de comportamentos parece não ser feita pela mesma pessoa que escreveu sobre a busca pelo interesse próprio. Uma vez que, se a busca pelo interesse próprio permita de certo modo a corrupção, por exemplo, então se colocar no lugar daquele que vai ser prejudicado faz com que tal fraude não ocorra. Meio contraditório as obras de Smith, pois defendem comportamentos diferentes. Uma defende a busca pelo interesse próprio e outra entender as outras pessoas.

2.2 DISTRIBUIÇÃO, RENDA E CAPITAL ACUMULADO

O que chama a atenção para a acumulação de capital, mesmo na geração seguinte de uma família, é o fato de que mesmo sendo outro indivíduo administrando a riqueza herdada, a acumulação de capital continua em ritmo acelerado, aumentando as discrepâncias sociais. Um fator determinante, por exemplo, é quando o descendente de um empreendedor herda riqueza, mesmo ele tendo iniciado sua corrida pela acumulação ao mesmo tempo que outros, ele sai na frente destes outros devido à sua herança. Embora seja um processo natural a transferência de bens e valores dos pais para os filhos, isto apenas acentua a concentração de renda, que não parece ter um limite natural dentro desse meio capitalista.

A acumulação é uma característica deste sistema que se amplia cada vez mais a cada geração. Segundo Almeida⁵, os liberais explicam o seguinte:

O que o pensamento liberal argumenta, corretamente, é que não se pode distribuir renda sem antes produzi-la; e que se a distribuição é feita de forma compulsória sobre o estoque existente, e não sobre os fluxos que vão sendo criados pela economia de mercado, os limites são logo atingidos e os estímulos para a criação e a acumulação de

⁴ Publicado originalmente em 1759.

⁵ Disponível em <http://ordemlivre.org/posts/distribuicao-de-renda-melhor-fazer-pelo-mercado-ou-pela-acao-do-estado>. Acesso em: 10 mar. 2016.

riqueza desaparecem.

Os economistas clássicos não creem que o processo de distribuição de riqueza seja eficiente para criar riquezas, mas afirma que primeiro se deve acumular riqueza, e posteriormente redistribuí-la. Não se deve distribuir a riqueza acumulada (riqueza eficiente), mas sim aguardar que a riqueza eficiente criará seus meios de distribuir os novos fluxos de renda que serão criados. De certo modo ao longo do tempo a distribuição ocorrerá, porém, muito lentamente se compararmos a velocidade da acumulação.

Para entender a distribuição de renda e a acumulação dela, é preciso entender as origens da renda. Segundo Piketty (2014, p.24), a renda dos indivíduos, pode derivar de duas fontes básicas: renda derivada do trabalho ou renda derivada do capital. A renda derivada do trabalho, é a renda proveniente de salários, pagamentos, emolumentos, bonificações, comissões, renda do trabalho informal, entre outros. E a renda derivada do capital são as fontes de que não envolvem o trabalho do beneficiário, como por exemplo lucros de um comércio, aluguéis e arrendamentos, *royalties*, dividendos, juros, etc.

Para evitar equívocos, é preciso diferenciar o que é renda e riqueza. A renda é um rendimento que uma pessoa recebe regularmente que, assim como descrito anteriormente, pode apresentar-se na forma de salário, juros, comissão, emolumentos, aluguel. Riqueza é comumente caracterizado como uma quantidade de moeda acumulada em posse de uma pessoa. Mas se a riqueza de um indivíduo está guardada na forma de um carro ou material monetário; então é apenas uma questão de tempo para que esta riqueza perca seu valor aos poucos. Por exemplo, no caso de a riqueza estar guardada na forma de um carro, o proprietário desta riqueza terá gastos com combustível, manutenção, impostos, etc. Ou seja, a riqueza neste caso está acumulada de uma forma que apenas gera gastos, e não consegue se conservar e nem se expandir. Mas se o proprietário da riqueza a utiliza como ferramenta para obter lucros por meio aplicações em investimentos ou meios de produção, então a riqueza está guardada na forma de meios de produção conhecido também como capital gerador de riqueza. Também pode-se dizer que a renda neste caso é um rendimento do capital acumulado. Marx (1996, p. 206) caracteriza o capital acumulado desta forma:

Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são possivelmente não só produtos do trabalho do ano anterior, mas,

em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho. No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios do trabalho de épocas passadas.

Deste modo, Marx caracteriza o capital acumulado como sendo fruto de trabalho passado, sendo assim também renda acumulada ao longo de vários ciclos de trabalho na forma de meios de produção.

2.3 TENDENCIA DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA A LONGO PRAZO

Piketty (2014, p.13) afirma que muitos teóricos previam com pessimismo o efeito da má distribuição de renda no longo prazo:

[...] a maioria dos observadores da época — e não apenas Malthus e Young — tinha uma visão um tanto sombria, apocalíptica até, da evolução da distribuição da riqueza e da estrutura social no longo prazo. Esse era especialmente o caso de David Ricardo e de Karl Marx, sem dúvida os dois economistas mais influentes do século XIX. Ambos defendiam a visão de que apenas um pequeno grupo social — os proprietários de terra para Ricardo, os capitalistas industriais para Marx — se apropriaria de uma parte crescente da produção e da renda.

Para Ricardo, de acordo com Piketty (2014, p. 13-14), se a população e o crescimento tendem a manter um determinado ritmo, então a terra (que não cresce, diferentemente de outros bens de consumo e capital), se tornará rara. E de acordo com a lei de oferta e de demanda, o bem raro se tornará com o tempo, cada vez mais caro. Isto faria com que os donos da terra tivessem uma participação cada vez maior na riqueza da nação. Para Piketty, a falha de Ricardo foi não considerar a importância do avanço tecnológico na produção. Ainda assim, a observação de Ricardo é interessante de se analisar, pois considera a escassez como um fator determinante da distribuição de renda. Tanto que Piketty (2014, p.14) compara tal conceito aos dias atuais afirmando que pode-se dizer que os proprietários de imóveis grandes e bem localizados ou os donos de poços de petróleo seriam até 2050 ou 2100 grandes agentes econômicos. Tal fato dificilmente se confirmara se analisarmos a lei de oferta e demanda. Se o preço de um determinado bem for elevado e a sua demanda for baixa, então seu preço deve baixar para que a demanda possa ser o suficientemente aceitável.

Ou ainda se, por exemplo, o preço do petróleo for muito alto, os indivíduos

podem optar por se deslocarem de bicicletas, ou de a pé ou de carona em outro carro. É possível afirmar que há inúmeros meios de se driblar os custos elevados de um bem ou sua escassez. Por meio do avanço tecnológico que Ricardo desconsiderou, podemos citar, ainda no exemplo anterior da alta do preço do petróleo, que pode-se desenvolver veículos que utilizem combustíveis não derivados do petróleo, como energia elétrica, ou veículos movidos a célula de hidrogênio, ou ainda energia solar.

O ponto que Piketty salienta é que até que surjam essas alternativas, é tempo suficiente para que alguns indivíduos consigam juntar dinheiro suficiente para que saiam na frente e tenham vantagens na corrida do capitalismo adquirindo posse de meios de produção obtendo renda de capital. Mas, segundo Marx, a acumulação de riqueza é um processo que geraria conflitos entre os mais ricos e o proletariado. A acumulação se tornaria um processo cada vez mais intenso e sem barreiras do próprio sistema capitalista. Visto que a desigualdade econômica chegaria a tal ponto que seria inevitável tais conflitos causados pela revolta dos trabalhadores.

Entre os grandes influenciadores de Piketty, está Simon Kuznets⁶, um russo naturalizado americano. Piketty (2014, p.18) também analisa a visão de Simon Kuznets que utiliza uma filosofia de época que é traduzida como “o crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos”. Essa visão mais otimista se deve a interpretação de Kuznets sobre o sistema capitalista a longo prazo. Segundo ele, o desenvolvimento industrial capitalista alcançaria uma determinada altura em que o crescimento seria igual para todos. Ou seja, todos os setores cresceriam no mesmo ritmo. Meio estranho afirmar isto, visto que uma determinada classe sempre terá privilégios. Segundo o próprio Kuznets, é preciso esperar que o desenvolvimento virá para todos. Ele formulou sua teoria em 1955, em meio aos “Trinta Gloriosos”, período de 30 anos em que a França passou de 1945 a 1975, onde houve rápido crescimento econômico, salários das classes medias elevados, elevado poder de compra e diversos benefícios sociais. A chamada Curva de Kuznets é uma curva que mostra uma acentuada desigualdade econômica que é o início da industrialização, onde poucos podem desfrutar dos avanços. Segundo Piketty, essa curva tem um formato que lembra um sino, pois depois da elevação da desigualdade ela começa a diminuir devido ao amplo acesso aos benefícios do processo de industrialização.

⁶ Publicação original: KUZNETS, Simon. “Shares of Upper Income Groups in Income and Savings”. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1953.

Segundo Piketty⁷, Kuznets foi enganado pelo período de sua análise. Os dados que Kuznets trabalhou para chegar a tal afirmação que mais tarde lhe renderia um Nobel de economia em 1971⁸, foram do período de 1913 a 1948. Segundo o site Público (2014), tal período foi marcado pelas duas grandes guerras mundiais, períodos de inflação, elevação de impostos e o enraizamento dos estados sociais. Esses fatores contribuíram contendo as desigualdades, e driblando a natureza do capitalismo. Ainda segundo o Público (2014), Piketty acredita que tendo a disposição os dados atuais, a visão otimista de Kuznets está prejudicada, porém ainda assim o trabalho dele é de grande contribuição.

⁷ Disponível em <https://www.publico.pt/economia/noticia/anda-por-ai-um-novo-marx-1637139>. Acesso em: 7 jun. 2016.

⁸ Disponível em <http://pagina22.com.br/2008/10/18/por-tras-de-uma-curva/>. Acesso em: 7 jun. 2016.

3 PROCESSO PRODUTIVO E O CUSTO DOS FATORES DE PRODUÇÃO

Marx (1996, p.129) caracteriza a moeda como “meio de circulação”, pois ele representa o valor das mercadorias. Todas as mercadorias que tem um valor, têm seu valor representado na moeda. Um artesão pode produzir diversos produtos, mas também pode optar por não produzir, pois tem a opção fazer um produto em específico do qual ele possui habilidade de produzir melhor que outros. Com certeza ele não irá usar tudo o que irá produzir, mas sabe que poderá trocar seu excedente por outros produtos. O problema que ele encontra é como quantificar o valor de seu produto? Ele quantifica-o valor em horas de trabalho necessárias para produzir. Este artesão pode levar 2 horas para produzir uma foice, e pode trocar por 2 pães que leve 1 hora cada para produzir. Mas nem sempre o artesão encontrará alguém que queira trocar seus pães por uma foice. Ai então entra o dinheiro que quantifica o valor das mercadorias em moeda. A moeda conforme explica Marx (1996, p.129), tem a função de circular pois é um meio de circulação, e assim representa o movimento das mercadorias ao mudarem de forma ao longo das trocas realizadas. Marx ainda afirma que a moeda tem a função de meio de circulação por que representa o valor das mercadorias, além de também caracterizar o trabalho como mercadoria. Quando um trabalhador é contratado, ele na verdade está vendendo uma quantidade de horas de trabalho por dia. Assim seu salário é quantificado em moeda, e representa a quantidade de horas trabalhadas. O trabalho comprado é elemento incrementado como matéria prima para a produção de mercadorias. Marx (1996, p. 304) explica que o trabalhador:

A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente.

Portanto, o trabalho é antes de mais nada uma mercadoria que o capitalista compra. E sua intenção ao pagar pelo trabalho e outras matérias primas é adquirir um produto final que tem um valor de troca que compense todos seus gastos e ainda lhe de lucro, a mais-valia; que é o motivo do processo produtivo existir. Existem custos

em manter uma indústria funcionando, que precisam de recursos para serem pagos. O capitalista precisa de lucro para poder realizar o processo produtivo, caso contrário não haverá motivo para que ele gaste com mão de obra senão visar algum lucro. Mas, voltando ao valor do trabalho, quando o trabalhador vende sua mão de obra, ele assim como o capitalista tem a intenção de abater seus dispêndios e obter lucros. Marx (1996, p. 99- 100) explica que:

[...] Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência; o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a descendência dos trabalhadores. Ademais tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. [...] o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. [...].

Assim, o trabalhador tem seus gastos e para haver interesse em vender sua mão de obra, ele visa obter ganhos que compensem os seus gastos com saúde, alimentação, vestimentas, educação, entre outros; e ainda obter lucro assim como o capitalista. De certo modo, o trabalhador sabe que o capitalista só faz a compra do seu trabalho por que sabe que a venda das mercadorias lhe dará uma receita maior do que os seus custos, tendo assim lucro. Sem este lucro, não haverá motivos para a compra de mão de obra. Então a partir dos escritos de Marx, consideramos que o trabalhador também sabe que terá que trabalhar até que o capitalista tenha recursos suficientes para poder pagar todos os custos do processo produtivo, inclusive seu salário, e ainda ter lucro.

4 POLITICAS FISCAIS E AUMENTO DE PRODUTIVIDADE

4.1 DISCUSSÃO SOBRE O GRAU DE PROGRESSIVIDADE DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PROPRIEDADE, E UMA UTOPIA MUNDIAL

A Obra de Piketty assim como a de Marx se resume a afirmar que o sistema capitalista tem a natureza de fazer com que a riqueza se concentre. A diferença essencial entre estas duas conclusões que embora sejam as mesmas, está na forma como se chegou à elas. Enquanto Marx descreveu sua interpretação do sistema capitalista, Piketty analisou 300 anos de capitalismo utilizando métodos estatísticos para chegar a tal conclusão. É da natureza capitalista a capacidade de quem tem mais fortuna acumulada, tem mais facilidade de acumular. Isto se dá, por exemplo, pelas vantagens de quando se tem mais dinheiro poder se preocupar menos com problemas financeiros e terminar seus estudos. O filho de um empresário bem sucedido tem seu futuro garantido pelo seu pai. Além de ter acesso a uma educação melhor e mais bem qualificada, ele terá no futuro um negócio já formado para administrar. Não precisa brigar para ganhar espaço no mercado, ao contrário de outro que precisa trabalhar e estudar para ter uma chance maior de crescer. Piketty esteve em passagem pelo Brasil em 2014 e cedeu entrevista ao site de notícias políticas e econômicas Carta Capital⁹ onde foi questionado sobre tributação aos mais ricos, proposta por ele em seu livro, e ele explicou que:

A limitação da concentração da riqueza é uma saída para fazer da propriedade privada algo temporário. É como dizer "você é o dono, mas não para sempre. Os impostos vão tirar parte de sua propriedade ao longo do caminho. Se continuar a investir e trabalhar, poderá manter essa propriedade, mas se mantiver seu capital parado, iremos distribuí-lo".

A proposta de Piketty é de que sejam tributados os mais ricos para que eles e seus descendentes não tendam a ser sempre ricos, e também os incentivem a investir e lucrar para cada vez mais para se manterem nesta posição de sempre serem ricos. Desta forma aquele que quiser ser rico terá que investir de tal maneira que gere empregos e desenvolvimento, contribuindo assim com a sociedade.

Em complemento, ao saber que quanto mais rico, mais tende a acumular, e que estamos há décadas sem instabilidades na geopolítica mundial (fator que facilita

⁹ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/thomas-piketty-nao-discutir-impostos-sobre-riqueza-no-brasil-e-loucura-7525.html>. Acesso em: 26 out. 2015.

a acumulação), sabe-se que a concentração da riqueza está a níveis cada vez maiores. Sobre a concentração de capital, Eric Toussaint¹⁰ explica que:

Na Europa, a parcela arrecadada pelo décil superior equivale a mais de 80 % do património em 1810 e aumenta ao longo do século XIX e no início do século XX, até alcançar 90 % em 1910. Começa então a baixar na sequência da Guerra de 1914-1918 e das concessões que a burguesia teve de fazer perante as lutas populares depois da Primeira Guerra Mundial. Esta descida continua depois da Segunda Guerra Mundial, pelas mesmas razões, e a parte dos 10 % mais ricos alcança o seu ponto mais baixo em 1975 (um pouco menos de 60 %). A partir desse momento, recomeça a subir até atingir 65 % em 2010.

Eric Toussaint lembra que a estabilidade geopolítica e econômica assim como Piketty escreveu, gera um ambiente propício a acumulação. Quando há estabilidade, o capitalista investe para produzir e enriquecer. Toussaint concorda com Piketty sobre que seja cobrado um imposto anual sobre a riqueza de 1% para patrimônios entre 1 e 5 milhões de euros, e de 2% para património acima de 5 milhões de euros (PIKETTY, 2014, p.503). Este imposto serviria como uma ferramenta extra contra a acumulação.

A história do imposto de renda progressivo remonta a Europa antes da Primeira Guerra Mundial, porém seu peso era irrisório situando entre 2% e 3%. Foi apenas com estopim da guerra que as coisas mudaram. Piketty (2014, p. 487) cita que o motivo:

[...] se explica, obviamente, pela situação financeira desastrosa herdada da guerra. Durante o conflito, o Estado acumulou dívidas consideráveis, e, à parte os discursos de sempre com o tema “a Alemanha pagará”, todo mundo se dava conta de que era indispensável encontrar novos recursos fiscais. [...]era necessário encontrar novas fontes de recursos fiscais, e é difícil acreditar que os detentores de altas rendas seriam poupados. Foi nesse contexto político caótico e explosivo, [...], que o imposto progressivo nasceu em sua forma moderna.

A aplicação do imposto de renda elevado sobre os mais ricos, teve o intuito de financiar a reconstrução das nações europeias. Porém a aplicação desse imposto, junto com o fato de que muitas grandes cidades europeias foram parcialmente destruídas durante os conflitos, geraram uma situação de queda das desigualdades, assim como Publico¹¹ (2014) afirma que:

¹⁰ Disponível em: <http://inflexaoblog.blogspot.com.br/2014/03/como-usar-o-que-nos-escreve-thomas.html>. Acesso em: 6 mai. 2016

¹¹ Disponível em: <https://www.publico.pt/economia/noticia/anda-por-ai-um-novo-marx-1637139>. Acesso em: 6 mai. 2016.

[...]as duas Grandes Guerras, intercaladas pela Grande Depressão, conseguiram quebrar o ciclo da desigualdade. A destruição física de muitos dos activos dos mais ricos, a situação caótica vivida nos mercados financeiros e, depois, a resposta política baseada num fortalecimento das políticas sociais, levou a que a desigualdade se reduzisse[...]

Tais fatos impulsionaram a aplicação de impostos progressivos sobre a renda, de forma que combinados com a destruição de muitas indústrias e outros bens de capital, geraram um ambiente com menor desigualdades no período entre guerras, e ainda até a década de 70. Após tal período a desigualdade de renda voltou a subir se aproximando a níveis próximos ao início do séc. XX.

Outro ponto muito importante que Piketty salienta é a necessidade de aumentar impostos sobre as heranças. O IHU¹² (2014) afirma que Paul Krugman¹³ diz que os destaques do trabalho de Piketty está em identificar que há uma tendência de “retornamos ao século XIX em termos de desigualdade de renda”; e que “estamos no caminho de volta ao capitalismo patrimonial, no qual os grandes píncaros da economia são ocupados não por indivíduos talentosos, mas por dinastias familiares”. Quando Krugman afirma que a sociedade atual caminha para um capitalismo patrimonial, na verdade ele apenas concorda com o que Piketty já teria afirmado. O trabalho acumulado ao longo do tempo passa de geração em geração como fonte de renda de capital, da qual faz com que seja necessário retirar apenas uma parte da renda auferida em um determinado período para que o herdeiro consiga se manter, e ainda poder reinvestir restante no capital de forma que a cada período a renda de capital se expanda cada vez mais. Tendencialmente os descendentes de detentores de grandes riquezas sempre serão ricos, nunca precisando trabalhar. A partir daí, pode-se confirmar que a afirmação de Krugman junto com a de Piketty de que caminhamos para uma sociedade patrimonial tem seu fundamento. O próprio Piketty adverte que estamos caminhando para uma sociedade patrimonial. Surge a necessidade de taxar também a herança. Segundo Piketty (2014, p.489):

[...] o imposto sobre as heranças instituído pela Revolução Francesa, [...] tornou-se progressivo depois da lei de 25 de fevereiro de 1901. Contudo, na realidade isso não mudou muita coisa: a taxa mais alta foi fixada em 5% de 1902 a 1910, depois em 6,5% de 1911 a 1914, e se aplicava apenas a algumas dezenas de fortunas a cada ano. Tal arrecadação fiscal parecia exorbitante aos olhos dos contribuintes ricos da época, para quem “um filho que sucedia a seu pai” não fazia na verdade nada mais do que cumprir um “dever sagrado” de perpetuação de uma propriedade familiar e que essa

¹² Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530720-o-capital-revolucionaria-ideias-sobre-desigualdade>. Acesso em: 6 mai. 2016.

¹³ Ganhador do NOBEL de Economia de 2008

simples perpetuação não deveria incorrer em nenhuma tributação. Na realidade, porém, isso não impedia que quase todas as maiores riquezas se transmitissem de uma geração para outra.

Piketty (2014, p.491) cita ainda que no início do séc. XX, representantes do partido social-democrata defendiam que um imposto progressivo sobre as heranças, além de contribuir o problema da riqueza passada de geração em geração, também aliviavam o peso dos impostos indiretos que os trabalhadores pagavam, tendendo assim a uma melhora da condição deles. Os EUA foram os primeiros a implantar um imposto de 70% para renda a partir de 1919, e heranças a partir de 1937 (PIKETTY 2014, p.492). Afinal, em 1919, Irving Fisher, (PIKETTY, 2014, p.493) afirmava que “2% da população americana possuíam mais de 50% da riqueza e que dois terços não possuíam nada”, além de que ele sugeria que para resolver tal problema seria necessário impor um imposto de 2/3 da herança ou até 100% caso a riqueza esteja em sua 3^o geração.

Piketty (2014, p.499), porém explica que não há uma taxa exata a ser cobrada dos mais ricos. Ele afirma que “não há qualquer fórmula matemática ou estimativa econométrica que permita saber exatamente qual taxa deve ser aplicada e a partir de que nível de renda”. Mas, ele sugere que a margem superior do imposto sobre a renda deve ser superior a 80% em países desenvolvidos, assim como já foi em 1944 nos EUA quando a margem superior atingiu a marca de 94%. A ideia é que tal margem atinja as rendas extremamente elevadas, como os 1% ou 2% dos mais ricos de uma nação. Segundo Thomas Piketty (2014, p.499), ao tributar uma taxa de 80% “sobre as rendas maiores do que 500.000 ou 1 milhão de dólares não só não reduziria o crescimento americano, como permitiria distribuí-lo melhor”.

Embora um elevado imposto progressivo sobre a renda e herança na casa dos 80% para detentores de grandes riquezas seja a proposta de Piketty, ainda há um outro problema que é causado justamente pela dimensão dessas grandes fortunas. Eric Toussaint¹⁴ (2014) cita este problema e ao mesmo passo também indica uma possível solução:

A quem afirma que esse património é inacessível, por poder transpor facilmente as fronteiras, respondemos que o sequestro de bens, o congelamento dos bens financeiros, as multas pesadas e o controlo dos movimentos de capitais são instrumentos poderosos que podem perfeitamente ser utilizados.

14 Disponível em: <http://inflexaoblog.blogspot.com.br/2014/03/como-usar-o-que-nos-escreve-thomas.html>. Acesso em: 6 mai. 2016.

O bloqueio de bens, teoricamente até funcionaria. Mas passar aos investidores estrangeiros uma imagem radical pode afastar futuros investimentos, e provocar apatia com o mercado financeiro. Colocar limites por meio de controle de movimentação de capitais e recursos cedendo certa flexibilidade, pode ser uma ferramenta eficiente, mas ainda não resolve por completo o problema. Piketty (2014, p.499) salienta que a aplicação de um imposto sobre renda e herança sobre um pequeno país, certamente não é eficiente, pois faria com que a fuga de recursos aconteceria em larga escala. Porém, caso essa política fiscal fosse aplicada nos EUA, certamente ela seria eficiente, pois esse país tem o tamanho necessário para aplicar. Piketty (2014, p.499) explica que o efeito de tal política fiscal sobre as altas rendas nos EUA iria:

[...] limitar drasticamente remunerações desse tipo, sem, porém, reduzir a produtividade da economia americana no seu conjunto, de modo que as remunerações menores aumentaríamos. [...] A ideia de que os executivos americanos fugiriam de imediato para o Canadá ou para o México e não haveria mais pessoas competentes e motivadas para dirigir as empresas nos Estados Unidos não só é contraditória com a experiência histórica e com todos os dados das empresas de que dispomos: ela vai contra o bom senso.

Ainda no exemplo dos EUA, a arrecadação extra poderia tanto reduzir a carga fiscal sobre os mais pobres, quanto ampliar os serviços sociais que naquele país é tão escasso. A complexidade de mover uma empresa inteira de um país para outro é grande, indiferente se é uma indústria, ou empresa de serviços, ou que empregue tecnologia. O trabalho de mover tanto as máquinas físicas, equipamentos específicos, quanto pessoal qualificado ou qualificar novos indivíduos é muito dispendioso. Aplicar políticas fiscais pesadas sobre os mais ricos é ineficiente em pequenos países, ou em regiões poucos populosos ou onde a economia não é desenvolvida e dinâmica. A possibilidade de ocorrer a fuga das grandes fortunas para outros países é real, e portanto mesmo com ferramentas adequadas, tal país ou região possivelmente não atrairia investimentos estrangeiros futuros, por exemplo. O ideal seria um imposto progressivo sobre a renda e herança em escala mundial, junto com uma ampla transparência financeira mundial. O problema seria como fazer com que todos os países entrem em acordo de cobrar todos as mesmas taxas. Piketty (2014, p.459) afirma que:

Um instrumento como esse teria ainda o mérito de gerar a transparência democrática e financeira dos patrimônios, o que é uma condição necessária para a regulação eficaz do sistema bancário e dos fluxos financeiros

internacionais. O imposto sobre o capital faria prevalecer o interesse geral em detrimento do interesse privado, preservando, a um só tempo, a abertura econômica e as forças da concorrência. O mesmo não pode ser dito sobre as diferentes reações de cunho nacionalista e identitário que poderiam surgir como uma alternativa menos adequada. Em sua forma realmente global, o imposto sobre o capital é uma utopia.

Piketty explica a complexidade de fazer com que diversos países entrem em acordo de como proceder ao implantar tal política. Além de detalhes e pormenores de como funcionaria uma nova política fiscal mundial, seria difícil imaginar como países adversários em campos políticos, econômicos, religiosos entre outros; poderiam se unir para atingir um objetivo em comum. Piketty (2014, p.501) afirma que:

O imposto mundial sobre o capital é uma utopia: seria difícil acreditar que as nações do mundo pudessem concordar com essa ideia, estabelecer um cálculo de tributação para ser aplicada a todas as fortunas do mundo[...]. Veremos que, na falta de uma solução dessa natureza — que para ser completa exigiria um nível muito elevado e sem dúvida pouco realista de cooperação internacional no médio prazo, mas que pode ser realizada de maneira gradual e progressiva para os países que a desejarem (desde que sejam numerosos o suficiente, como na Europa) —, é provável que prevaleçam diversas formas de reações nacionalistas.

O que Piketty defende, é que o mais provável é que este tipo de política econômica seja aplicado não apenas sobre grandes países como os EUA, mas também de regiões ou continentes como a Europa. Desta forma, com a abrangência ampliada dos impostos sobre o capital, se torna mais difícil ou até mesmo inviável fugir da taxaço. Ao mesmo tempo, ao se referir a reações nacionalistas, ele trata naturalmente da questão de que para existir um imposto progressivo regional, muito provavelmente algum país, por exemplo, não irá se adequar as normas ou impor dificuldades visando acordos benéficos para a sua nação. De qualquer forma mesmo em nível mundial ou regional, Piketty acredita que um acordo entre vários países muito provavelmente teria problemas ao fazer com que todos concordem com as regras fiscais para todos. Mesmo assim ele acredita que em um futuro não muito próximo, há a possibilidade de que surja uma política fiscal á nível regional, que dificilmente seja um imposto progressivo. A ideia de um imposto progressivo sobre a renda e heranças não é dada como uma solução definitiva para o problema da acumulação, mas ameniza o problema.

4.2 REDISTRIBUIÇÃO DIRETA E FISCAL

A manutenção dos níveis salariais é uma ferramenta de auxílio a distribuição de riqueza, de combate à pobreza, proteção inflacionária aos mais pobres, entre outros. Piketty apresenta um estudo do nível de desemprego na Europa a partir de 1970. Neste período foi muito sugerido e aderido diversas modificações como aumento salarial e contribuições sociais e sindicais, enfim medidas que encareciam o trabalho para os capitalistas, com a intenção de beneficiar o trabalhador. Além de medidas como diminuição de impostos sobre lucro e desonerações de rendas de capital, com a intenção de dispor mais recursos para os capitalistas poderem cobrir as despesas extras com a mão de obra.

Apesar de as medidas adotadas tenham intenções de proteger o trabalhador, elas encareceram a mão de obra, embora tivesse sido previsto essa ampliação de custos ao capitalista sendo então aliviadas as cargas tributárias sobre os lucros e rendas de capital com o propósito de compensar os gastos extras. Os impostos foram direcionados ao trabalho, fazendo com que o capitalista pagasse mais para obter mão de obra. Embora parecesse uma medida bem planejada, ela teria efeitos a longo prazo. Com o encarecimento da mão de obra, os capitalistas perceberam ao longo do tempo que era mais viável aderir a novas tecnologias de capital que possam substituir trabalhadores caros na linha de produção. Com este cenário, viu-se a taxa de desemprego subir em quase toda Europa. Ainda nas palavras de Piketty (2015, p. 41):

[...] haviam contribuído para a escalada do desemprego na Europa a partir dos anos 1970. [...] isso encareceu o custo do trabalho e, por conseguinte, incentivou a utilização de mais capital e menos trabalho por parte das empresas, ou pelo menos não as estimulou o bastante a utilizar mais trabalho [...].

Essa distribuição direta por meio de aumento dos níveis salariais, teve reflexos nos níveis de emprego do período. A partir de diversas análises deste período surgiram ideias de não realizar uma redistribuição direta para os trabalhadores, mas redistribuições fiscais por meio de taxaço aos capitalistas. A ideia consiste em diminuir ou cortar os impostos e taxas sobre o trabalho e diminuir o ritmo anterior das políticas de aumento salarial. Desta forma o custo da mão de obra cairia consideravelmente, o que seria ótimo para o capitalista que teria uma mão de obra mais barata disponível, e bom para o trabalhador pois teria maior demanda por mão

de obra. E como complemento o estado iria aplicar impostos sobre o lucro e rendas de capital para contrabalançar as isenções fiscais sobre o trabalho e para amenizar a desigualdade. Os gastos sociais do estado seriam então pagos pelo capitalista igualmente como antes, porém por outros meios que não estariam atrelados a sua massa salarial, e sim diretamente sobre seus lucros e rendas de capital. O capitalista não pagaria para cada trabalhador impostos como a previdência social, e sim um imposto único sobre o lucro que não tem qualquer relação com a quantidade de empregados. Serviços públicos de saúde, segurança, educação, previdência, entre outros seriam todos abatidos do imposto sobre o lucro e sobre a renda de capital. Segundo Piketty (2015, p.39), o fator que crucial que diferencia a distribuição direta da fiscal, é que:

[...] a redistribuição direta exige que as empresas contribuam para a redistribuição na proporção do número de trabalhadores que empregam; na redistribuição fiscal, a contribuição exigida das empresas depende unicamente de seu nível de lucro, quaisquer que sejam os volumes de capital e trabalho empregados para produzir esse lucro [...].

Na distribuição direta o trabalhador recebe um valor menor que o custo que a empresa tem para mantê-lo. Além de a empresa ter a escolha de substituí-lo por uma máquina por justamente ele ser caro, o trabalhador nem recebe este valor que o torna tão caro. Este preço que o trabalhador custa a empresa, faz com que a função alocativa do sistema haja nocivamente e substitua o trabalhador por capital, ampliando o desemprego. Com a distribuição fiscal o valor recebido do trabalhador é o mesmo que a empresa desembolsa, e sendo que o trabalhador custa o que a empresa paga, então no caso trata-se de um valor menor para a empresa. Deste modo a função alocativa do sistema encontra um cenário em que o baixo custo do trabalho faça com que a taxa de desemprego diminua, pois o trabalho na maioria dos casos não será substituído por capital, e até aumente as contratações em indústrias intensivas em mão de obra. A redistribuição fiscal além de proteger o emprego do trabalhador, ele insere impostos justamente nas ferramentas de acumulação de renda, impedindo deste modo a acentuação da desigualdade a médio e longo prazo. Além de promover uma maior transparência no pagamento de taxas e impostos, pois o cálculo é feito sobre o lucro e não precisa envolver a quantidade de trabalhadores.

4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS GANHOS DO AUMENTO DE PRODUTIVIDADE

Ao longo dos anos, com os avanços tecnológicos a produtividade do trabalho aumentou. Mas os ganhos desse aumento da produtividade não foram distribuídos justamente na sociedade entre os participantes do processo produtivo.

Vicenç Navarro (2014)¹⁵ fez uma interessante análise sobre o estudo de Lawrence Mishel e Kar-Fai Gee sobre a produtividade e aumento salarial entre 1973 à 2011 nos EUA. Segundo este estudo o aumento da produtividade neste período foi de 80,4% por trabalhador, enquanto que o salário/hora médio cresceu 4%. Se em 38 anos os salários aumentassem junto com a produtividade então em 2011 o salário/hora seria de US\$27,89, ao invés de US\$6,07. A distribuição ocorrida no período não foi justa, assim como se caso trabalhador absorvesse sozinho todo esse ganho. O agente que aderiu as mudanças que promoveram esse aumento de produtividade foram em grande parte o capitalista, por implementar novas tecnologias no processo produtivo. Mas isto não justifica o fato de que ele absorva todo este ganho. Aprimorar os meios de produção não é uma opção ao capitalista, mas uma obrigação. Caso ele não adira as inovações e implemente seu processo produtivo, seus produtos ficarão defasados diante de seus concorrentes. Ou seja, se ele resolva ficar inerente a situação, sua empresa muito provavelmente perderá espaço de mercado e enfrentará dificuldades. Ele precisa de um ganho maior para continuar investindo em inovação, aprimorar o meio de produção e outras necessidades associadas ao capital.

Além disto, ele ficará tentado pelo aumento da produtividade. Ele continuará pagando o mesmo salário aos trabalhadores, mas eles produzirão mais que antes. Anteriormente, por exemplo, o trabalhador trabalhava 8 horas por dia para gerar riqueza suficiente ao capitalista poder lhe pagar seu salário. Agora o trabalhador continua trabalhando as 8 horas diárias, mas agora é preciso, por exemplo, de apenas 6 horas diárias para o capitalista poder lhe pagar o seu salário. As 2 horas restantes são trabalhadas de graça para o capitalista. Navarro complementa com a seguinte observação:

Quase todo o produto gerado pelo crescimento da produtividade foi para o

¹⁵ Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/exploracao-social-como-principal-cao-do-aumento-das-desigualdades/32542>. Acesso em: 26 abr. 2016.

enriquecimento dos lucros das grandes empresas e para compensações aos seus dirigentes. É esta a causa principal do enorme crescimento da concentração da riqueza e do rendimento, nas nossas sociedades [...].

Eis aqui mais uma característica errônea do sistema capitalista que permite o processo de acumulação de forma tão ampliada ao longo do tempo que gera cada vez mais desigualdades. Por exemplo, para entender melhor o que Navarro explica, vamos entender três pontos.

- I. **CUSTOS E FUNÇÕES:** Devemos nos lembrar que o trabalhador dentro da indústria fica focado na produção. Para a função dele não cabe estar ciente da receita, lucros e despesas da empresa que ele trabalha. Ele deve estar ciente apenas do custo do seu trabalho diário (vestimentas, alimentação, saúde, filhos, educação e etc.). Portanto, ele cobrará do capitalista o valor referente ao custo do seu trabalho, que será de R\$400. Ao capitalista, além de ter a função de administrar a empresa e suas finanças; também lhe importa o custo de manter sua indústria (mão de obra, renda de capital, insumos, manutenção, etc.) que vamos supor que seja de R\$400,00.
- II. **DISTRIBUIÇÃO:** Para dispor de recursos para arcar com os custos do capitalista (onde está incluso o custo do trabalho), o trabalhador trabalha 8 horas diárias, das quais toda receita auferida será do capitalista que o administrará. Cada hora de trabalho dará uma receita de R\$100,00; totalizando no fim do dia R\$800,00. Desse montante, R\$400,00 (ou 4 horas de trabalho) o capitalista pagará ao trabalhador conforme acordo entre eles, e os R\$400,00 restantes (ou 4 horas de trabalho) cobrirão os custos de capital.
- III. **DISTRIBUIÇÃO PÓS-AUMENTO DE PRODUTIVIDADE:** Com o tempo, a produtividade do trabalho aumenta. Cada hora de trabalho agora valerá R\$200,00, totalizando no fim do dia R\$1600,00. Desse montante que o capitalista terá, R\$400,00 (que agora serão 2 horas de trabalho) será para pagar o trabalhador e outros R\$400,00 (2 horas de trabalho) será para pagar o custo de manter o capital. Porém, agora sobrará R\$800,00 (4 horas de trabalho) oriundos do ganho de aumento de produtividade. Esses R\$800,00 ficará com o capitalista, pois, as mercadorias produzidas são suas, e seu valor também é. Ele o administrará. Irá pagar todos os custos do processo produtivo.

Todas as mercadorias produzidas são do capitalista, assim como a receita. Conforme explicado no item "I" acima, é função do capitalista administrar a empresa

e suas finanças, não do trabalhador. No capítulo 3 deste trabalho, foi explicado que o trabalhador apenas trabalha para obter um valor que cubra seus gastos com alimentação, saúde, vestimentas, moradia, etc.; e ainda obter algum lucro. Assim como faz o capitalista, apenas realiza o processo produtivo porque vislumbra pagar seus custos e ter lucros. O trabalhador sabe que terá que trabalhar até que produza o suficiente para que o capitalista tenha lucros depois que pagar todos os custos incluindo o seu salário. Mas ele não sabe quantificar quantas horas de trabalho será necessário trabalhar. Assim como descrito no item “I”, quem deve saber disto é o capitalista. E no exemplo do item “III”, onde ocorre o aumento de produtividade, foi necessário que o trabalhador trabalhasse apenas 4 horas diárias para que pudesse ser pago todos os custos do processo produtivo, inclusive o seu salário. Porém ele trabalhou 8 horas. Ou seja, foram trabalhadas 4 horas diárias de graça ao capitalista. O trabalhador não sabe disso, já que é da função do capitalista conhecer os valores que envolvem o processo produtivo. Apenas sabe que tem que trabalhar as 8 horas diárias. O interesse próprio do capitalista diz que o trabalhador não deve saber disso, pois, caso ocorra terá que pagar mais pelo trabalho, ou diminuir a carga de trabalho. Esta má distribuição faz com que o dono do capital enriqueça cada vez mais. Não há um limite natural para isso.

5 OBJETIVOS DA OBRA DE PIKETTY

Publico¹⁶ (2014) afirma que com uma reunião de tantas informações dos últimos séculos, Piketty “sentiu-se pronto para arriscar uma nova teoria para a evolução da desigualdade. Pode-se mesmo dizer uma nova teoria do capitalismo”. Piketty desde o início de seu livro principal explica de diversas formas e por diversas vezes que quem tem mais recursos, tem mais facilidades em acumular e crescer. E ainda lembra que as instabilidades do séc. XX como as duas grandes guerras e a depressão de 1929 acompanhadas das aderências aos benefícios sociais no pós-guerra, causaram em um período de aproximadamente 50 anos de um momento ao mesmo tempo que caótico, também de queda abrupta das desigualdades. Segundo Piketty, este período histórico não permitiu que Kuznets visualizasse com clareza a dinâmica do capitalismo. Embora Piketty identificou a falha de Kuznets, ele reconhece que o seu trabalho realmente foi muito útil.

O Capital do séc. XXI é sem sobra de dúvidas uma obra rica em dados, e que chamou a atenção de muitos críticos, não só dos mais liberais como também dos marxistas. Muitos o chamam de o novo Marx do séc. XXI, porém Piketty afirma que nem mesmo conseguiu ler por completo nenhuma obra de Marx. Publico¹⁷ (2014) cita que:

À direita acusam-no de ser um “novo Marx”, a revista The Economist diz que é um “Marx moderno” e a esquerda critica-o por estar muito longe de ser qualquer espécie de Marx. O economista francês parece mostrar ele próprio um certo desconforto na sua relação com o economista alemão do século XIX. [...] Por outro lado, desde que o livro começou a criar polémica nos Estados Unidos, Thomas Piketty tem feito questão de, em diversas entrevistas, distanciar-se o máximo possível de Karl Marx, ao ponto de chegar a dizer que não conseguiu ler O Capital até ao fim.

Ao se distanciar de Marx, Piketty cria sua própria teoria de crescimento econômico. Ao longo de seu trabalho é possível perceber por diversas vezes que indivíduos que vivem de renda do capital, tendem a não precisarem trabalhar diretamente para obter lucro e ver suas fortunas crescerem. A lógica do cap. 4.3 deste trabalho, ao tratar que o capitalista absorve a maior parte da renda criada no aumento da eficiência do trabalho e do capital no processo produtivo, é um fator determinante

¹⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/economia/noticia/anda-por-ai-um-novo-marx-1637139>. Acesso em: 6 mai. 2016.

¹⁷ Disponível em: <https://www.publico.pt/economia/noticia/anda-por-ai-um-novo-marx-1637139>. Acesso em: 6 mai. 2016.

de enriquecimento do capitalista diante dos trabalhadores. Piketty elenca diversos motivos que indicam que a produção capitalista é fruto de interesses mútuos entre o capitalista e o trabalhador, e que seu fruto, o lucro, deve ser dividido entre os dois lados proporcionalmente; e por isso quando um lado retém mais que o outro (geralmente o capitalista que representa uma parte muito pequena da população), então haverá concentração de riqueza nas mãos de poucos. Ele ao tratar desse estudo sobre a desigualdade de renda, chega à conclusão de que se a taxa de retorno do capital (r) for maior que a taxa de crescimento da economia (g), haverá má distribuição da renda gerada no período em questão. Piketty (2014, p.32-33) afirma que se:

[...] a taxa de retorno do capital permanecer acima da taxa de crescimento por um período prolongado, [...] há um risco muito alto de divergência na distribuição de renda. [...] $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda e da produção),

Desta forma, a conclusão de Piketty é que g , também engloba f . Porém, também engloba mais fatores como a renda geral (renda do capital e renda do trabalho) e o crescimento da produção como um todo. Então, g é uma média de crescimento de alguns elementos. Piketty apenas compara essa média que representa toda a população (que engloba a taxa de retorno do capital) com, diretamente a taxa de retorno do capital (que representa uma minoria da população). A ideia é que ao comparar a taxa de retorno do capital e perceber que ela é maior que todo o resto da economia, então este é o indicativo que há tendência de concentração de riqueza.

A maior parte da população vive da renda do trabalho, enquanto que uma pequena parte da população é dona das fontes de rendas de capitais. Logicamente, para haver igualdade toda a renda gerada (do trabalho e do capital), deve ser distribuída de forma igualitária ou aproximadamente igualitária entre a população. A questão é que dentre de uma pequena parte da população que absorve a renda de capital, existe uma margem de indivíduos que obtêm a maior parte desta renda de capital. Dentro deste grupo de indivíduos (os capitalistas), já há desigualdades. Mas o problema se torna mais grave ao sabermos que historicamente o crescimento da renda de capital sempre foi maior que o crescimento da renda do trabalho ($r > g$),

como de certo modo é explicado também no capítulo 4.3 quando o capitalista absorve os ganhos com o aumento de produtividade do trabalho. Publico (2014) resume que:

[...] o que o livro de Piketty diz é que aquilo que normalmente acontece é a taxa de retorno do capital (o que se consegue obter de lucro em percentagem do capital investido) ser mais alta do que a taxa de crescimento económico. E que quando isso acontece, não havendo qualquer intervenção exterior, o que temos é um aumento da desigualdade na distribuição de rendimentos.

Publico¹⁸ (2014) ao comparar as teorias de crescimento a longo prazo, diferencia muito bem Piketty de Marx:

A teoria-base de Piketty de que o retorno de capital tende a ser maior que o crescimento económico surge em completa oposição à ideia de Marx de que o retorno do capital caminhará para zero, concretizando a crise no modelo capitalista que o acabaria por destruir.

Em seu livro Piketty (2014, p.33), afirma que suas conclusões são menos apocalípticas quando comparadas com as de Marx. Piketty (2014, p.33) explica que quando r se torna substancialmente maior que g , assim como então ocorreu no séc. XIX, na segunda metade do séc. XX e neste início de séc. XXI; então renda de capital (principalmente a herdada) aumenta mais rápido que a produção. Desta forma, para um herdeiro basta que utilize uma parte dos rendimentos de capital necessários para se manter, para que sua fonte de rendimentos cresça mais rápido do que a economia como um todo.

A partir de conclusões como está, Piketty enxerga a necessidade de existir um imposto progressivo sobre heranças e sobre a renda. No capítulo 4.1, deste trabalho de pesquisa trata justamente da necessidade de taxar as grandes riquezas, para evitar justamente essa concentração natural do capitalismo. E no capítulo 4.2 trata da criação de imposto sobre o lucro das empresas de forma que tal imposto substitua taxas sobre a folha de pagamento baixando o preço da mão de obra, incentivando uma maior contratação e beneficiando os trabalhadores.

A questão que muitos levantam quando se fala em tributar as grandes rendas, é que muito provavelmente isto afetaria o crescimento. Piketty (2014, p.556) reconhece tal possibilidade, e afirma que é:

[...] possível taxar mais o rendimento do capital, de maneira a diminuir o retorno privado para níveis abaixo da taxa de crescimento. Contudo, se isso fosse realizado de maneira maciça e indiscriminada, haveria o risco de matar o motor de acumulação e diminuir ainda mais as taxas de crescimento. Os

¹⁸ Disponível em: <https://www.publico.pt/economia/noticia/anda-por-ai-um-novo-marx-1637139>. Acesso em: 6 mai. 2016.

empresários sequer teriam tempo para se transformar em rentistas, já que não haveria mais empresários.

Porém o que ele chama a atenção é que políticas fiscais devem ser aplicadas com cautela. Se repentinamente forem elevados tributos pode sim desestabilizar a economia e destruir muitas empresas. É preciso aplicar gradativamente

De maneira mais ampla, Piketty identifica o problema da concentração de renda, que por sua vez é endógeno à natureza capitalista, e não que venha a surgir por causa de intervenções falhas ou falhas de mercado. Na verdade é uma característica estrutural do capitalismo. Piketty (2014, p.459) não defende o término do capitalismo, mas questiona o que sucederá até o fim deste século. Piketty (2014, p.459) até comenta que:

Neste início de século XXI, certas desigualdades da riqueza que pensávamos ter desaparecido parecem estar prestes a voltar a seus picos históricos, ou até mesmo a ultrapassá-los, no contexto da nova economia global, portadora de imensas esperanças (o fim da pobreza) e de enormes desequilíbrios (tanto entre indivíduos como entre países). Será que podemos imaginar para o século XXI uma superação do capitalismo que seja ao mesmo tempo mais pacífica e mais duradoura, ou deveríamos apenas esperar pelas próximas crises ou pelas próximas guerras, verdadeiramente mundiais desta vez?

A partir da dinâmica $r > g$, Piketty (2014, p.386) também chegou a sua conclusão de que estaríamos caminhando em direção a um capitalismo patrimonial.

[...] a dinâmica dominante que por fim explica a maior parte da concentração patrimonial deriva automaticamente da desigualdade $r > g$. Seja a fortuna aos cinquenta e sessenta anos advinda de uma herança ou de uma vida mais ativa, o fato é que, além de um determinado limiar, o capital tende a se reproduzir sozinho e se acumular exponencialmente.

Embora ele tenha identificado com maior exatidão o problema da concentração de renda no capitalismo, ele em nenhum momento afirma que suas propostas devam sanar o problema. Ele apenas sugere medidas para evitar o aumento da desigualdade. Ao analisar sociedades onde os direitos sociais são mais amplos, pode-se perceber que a velocidade da acumulação é menor do que em países mais liberais e com o estado social mais magro. O fato é que países como a França, Suíça, Finlândia, Dinamarca e outros com um estado social amplo, não têm níveis de crescimento econômico baixos. Ou seja, a aplicação das sugestões fiscais de Piketty é sim possível sem afetar parâmetros de desenvolvimento econômico. As propostas aqui apresentadas de origem dos textos de Piketty, são novas políticas fiscais que modificam de forma estrutural a forma como o capitalismo opera, realocando recursos

excessivos e até nocivos ao desenvolvimento (cap. 4.1), e criando novos meios de fazer com que o sistema reajuste de forma eficiente e benéfica aos trabalhadores, o custo da mão de obra de tal modo que se reduza o número de desempregados (cap. 4.2).

6 CONCLUSÃO

A história do sistema capitalista trata basicamente desenvolvimento econômico e social. O tratamento e discussão do problema da distribuição da riqueza sempre foi tratado como algo secundário. A desigualdade de renda embora surja de forma paralela ao desenvolvimento capitalista, é um fator endógeno ao capitalismo. Kenneth Lux (1993) ao alegar o erro de Smith por considerar apenas o interesse próprio como fator para o desenvolvimento econômico, não o culpa. Pois mesmo que Smith não tivesse cometido tal erro, poderia surgir mais tarde um indivíduo novo que tivesse apresentado um trabalho que apresentasse uma síntese de seu trabalho e cometesse o mesmo erro. Ou mais provavelmente, o próprio capitalismo agiria naturalmente de forma a sobrepor o interesse próprio sobre outros interesses. A grande contribuição de Lux não foi identificar um possível erro nos escritos de Smith, mas sim identificar o fator interesse próprio de forma diferente de Smith. Ao mesmo tempo que o interesse próprio contribui para o desenvolvimento econômico, ele é maléfico ao desenvolvimento quando, por exemplo, combinado a falta de ética.

Heyne caracteriza muito bem o conflito de interesses sendo resolvido através do interesse próprio combinado com a falta de ética. O suborno elimina o problema. Mesmo sendo um comportamento imoral, quando um fiscal que detecta um problema e é subornado, ele faz com que um problema desapareça. Tudo apenas seguindo o interesse próprio. Afinal, o interesse próprio não diz para um indivíduo não fraudar, mas apenas para não ser pego fraudando. O fator da falta de ética junto ao interesse próprio é sim um determinante de diversos problemas, entre eles a má distribuição de renda.

O liberalismo orienta a não tomar medidas de intervenção econômica e política. Ele defende que não se deve taxar a população, muito menos os mais ricos que fazem grandes investimentos na economia. A síntese do liberalismo econômico afirma que não pode distribuir a riqueza acumulada. A distribuição vem por meio dos fluxos que vão sendo criados pela renda acumulada, e conforme Smith, por meio de uma mão invisível que regula a economia. Este talvez seria a solução para o capitalismo do séc. XVIII que Smith presenciou. Mas certamente não resolve o problema da distribuição dos tempos atuais onde a acumulação dos capitais industriais e financeiros modernos ocorre de forma muito mais rápida do que a distribuição criada por meios dos fluxos da economia.

Desta maneira economistas como Marx, Ricardo, Malthus, Young e o próprio Piketty perceberam cada um de uma maneira e com pessimismo que o capitalismo não terá um bom futuro se continuar nos mesmos moldes tradicionais. A tendência natural de concentração de renda e capital não apresenta um limite natural neste sistema. Ricardo afirmava que os donos de terras seriam grandes agentes econômicos no futuro. O crescimento da população traria consigo um aumento do consumo de alimentos, e como as terras não crescem, a tendência seria de que o preço dos alimentos aumente de forma que os donos de terras se tornem cada vez mais ricos. Piketty aponta a falha de Ricardo ao desconsiderar que o avanço tecnológico aumente a produtividade das terras, por exemplo. Mas mesmo assim não ignora seu trabalho. Piketty exemplifica da mesma forma que os donos de imóveis bem localizados nos grandes centros urbanos e que os donos de poços de petróleo seriam no futuro grandes agentes econômicos, mesmo considerando que com o tempo surjam meios que façam com que não haja necessidade de depender tanto dos recursos desses indivíduos, como o desenvolvimento de novas fontes de energia não derivadas do petróleo. O que Piketty salienta é que até que surjam estes contornos de consumo propiciados pelo avanço tecnológico, os donos desses meios de acumulação tenham riqueza suficiente para estar na frente dos outros indivíduos e poder investir, por exemplo, em novas formas de acumulação extremamente eficientes assim como os anteriores, desta maneira realizando esta arrancada na corrida do capitalismo sempre na frente dos outros indivíduos. Visto desta forma, a meritocracia, termo utilizado para justificar o porquê que alguns indivíduos são mais bem sucedidos financeiramente que outros, tem seus fundamentos abalados. Caso contrário, se este termo se aplicasse a tal sistema econômico, então o filho de um grande capitalista que teria conforto, mordomias, estudasse em escolas e universidades privilegiadas, além de ter um futuro garantido; teria todos esses privilégios por que merece, ao contrário do filho de um sapateiro que não mereceria.

Entender os custos do processo produtivo é essencial para entender as relações entre os indivíduos deste processo. Marx explica muito bem essas relações de custos e a lógica do sistema. Tanto o trabalhador quanto o capitalista apenas realizam o processo produtivo por que vislumbram lucros, caso contrário seria ilógico participar deste processo. A lógica de uma troca, é que ela apenas ocorre quando os dois lados visam alguma vantagem e/ou lucro no ato. Pelo lado do trabalhador, ele possui esposa e filhos para alimentar, dar moradia, vestimentas, saúde, educação,

etc. Ele precisa de dinheiro para manter seus custos. Para isto ele vende algumas horas de seu dia para o capitalista que utiliza essas horas de trabalho como matéria prima da produção. O trabalhador sabe que o capitalista não faria esta troca de dinheiro por trabalho caso não houvesse lucro para ele. Por isso ele trabalha até que o capitalista tenha recursos necessários para ter lucro e pagar todos os custos, inclusive a mão de obra. O capitalista, ao utilizar a mão de obra comprada como fermento vivo no processo produtivo, junta-o com outros insumos e o seu capital e produz uma mercadoria. Esta mercadoria será vendida à um valor que cubra todos os custos do processo produtivo e ainda irá render algum lucro, assim como o trabalhador que vende sua mão de obra para abater todos os seus custos e obter algum lucro. Esta relação entre capitalista e trabalhador só pode ser entendida ao entender o que são os custos dentro deste processo e quais são suas funções.

As contribuições de Vicenç Navarro partem de um estudo de um período de 38 anos de análises de aumento de produtividade e aumentos salariais no EUA a partir de 1973. Ele afirma que no período enquanto o salário/hora médio cresceu 4%, a produtividade foi 80,4% por trabalhador. Ou seja, houve um aumento real de eficiência no período. A questão que Navarro levanta é quem absorve este aumento se não o trabalhador? O trabalhador com o tempo aprimorou seus estudos e nível técnico, contribuindo para o aumento de produtividade. Mas, obviamente foi o capitalista que absorveu maior parte deste aumento de produtividade, pois em grande parte ele também foi o responsável pelo aumento de produtividade ao aderir ao seu capital novas tecnologias. De certo modo, aderir às novas tecnologias é obrigação do capitalista, pois ele deve aprimorar seu processo produtivo para poder concorrer no mercado. Porém isto não justifica que ele absorva todo o ganho com o aumento da eficiência. O entendimento de por que o trabalhador não toma ciência quando ocorre aumento da produtividade do processo produtivo explicado no cap. 4.3, também nos auxilia a entender outra falha estrutural do sistema capitalista que promove a não distribuição de renda. Além de nos fazer perceber a necessidade de transparência dos custos e ganhos do processo produtivo, em complemento de que é necessário que a massa trabalhadora tenha conhecimento de conceitos de custos e processo produtivo para poder identificar distorções na distribuição da riqueza.

Esta monografia, assim como o objetivo de entender mecanismos que promovem a má divisão da produção capitalista entre a renda do trabalho e a renda do capital, também apresenta as propostas de Piketty como alternativas a sanar tal

problema. A proposta principal é uma mudança na forma de recolher e distribuir renda. A alternativa apresentada é uma diferenciação entre a redistribuição direta e a fiscal, citando como referência o caso ocorrido na Europa a partir da década de 70, onde movimentos de esquerda promoveram a distribuição direta por meio de benefícios aos trabalhadores através de taxas na folha de pagamento para fins sindicais e sociais como a aposentadoria e seguro desemprego, além de constantes aumentos salariais. Essas mudanças para uma política de distribuição direta embora teriam a intenção de beneficiar o trabalhador e distribuir renda, promoveram um encarecimento da mão de obra. O que era para ser benéfico ao trabalhador e distribuir renda, acabou se tornando problemático. Cada empregador teria que pagar taxas a mais por trabalhador o que encareceria demasiadamente a mão de obra. A partir dessas mudanças foi percebido na Europa um aumento do desemprego e um aumento do uso de capital nas indústrias. Basicamente foi substituído o trabalho humano por máquinas que fizessem o mesmo trabalho, porém mais barato pois não seria necessário pagar taxas por máquina. A alternativa que Piketty cita e que foram sugeridas por especialistas da época, é que sejam cortados todos essas cobranças na folha de pagamento que encareciam a mão de obra. Contudo, os trabalhadores não seriam prejudicados, com isto, pois os recursos destes benefícios viriam de impostos sobre os lucros das empresas, a chamada redistribuição fiscal. As taxas pagas pelos empresários, não seriam atreladas a quantidade de trabalhadores que eles empregam. Essa mudança de cobrança de taxas e de distribuição de direta para fiscal, não encareceria a mão de obra, beneficiando o trabalhador.

Ao visualizar um ambiente onde alguns tendem a concentrar mais que outros, Piketty sugere que é preciso taxar as grandes fortunas. O capital acumulado ao longo de gerações acaba tendo um papel importante nas gerações atuais. Piketty (2014, p.555) explica que:

A desigualdade $r > g$ faz com que os patrimônios originados no passado se recapitalizem mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro.

Para quebrar este ciclo vicioso é preciso intervir taxando, como o autor sugere, de forma progressiva as riquezas e as heranças. O capitalismo patrimonial é sim um fato que retornará assim como no início do século passado. Porém ele não

estará claramente presente em toda a sociedade, mas mais evidentes nas camadas mais altas da sociedade. Embora muitos argumentam que já vivemos um ambiente de capitalismo patrimonial, o que Piketty argumenta ao longo de seu livro é que essas características na verdade estariam cada vez mais evidentes e acentuadas. O que caracteriza o capitalismo patrimonial, é grandes riquezas sendo passadas de uma geração para outra por meio de herança, ou por meio de casamentos. Em ambientes assim, se torna mais importantes ser próximo das pessoas certas e ter os contatos certos, do que ser bem qualificado. Este ambiente pode ser claramente visualizado nos EUA, onde existe com clareza a presença da plutocracia. Um forte exemplo é Donald Trump, um americano magnata dos negócios que se candidatou a presidência de seu país. Piketty teme corretamente o fortalecimento de indivíduos como políticos. O interesse comercial não deve prevalecer sobre o interesse público, sob o risco de afetar a democracia e a busca pelo bem comum. E portanto, a entrada de indivíduos financeiramente bem supridos no meio político, é um risco a sociedade, pois as chances de que estes indivíduos coloquem o seu interesse próprio sobre o coletivo é alto.

O capitalismo do início do século passado onde os 10% mais ricos tinham cerca de 90% de toda a renda gerada, é uma realidade que está retornando. As propostas aqui apresentadas de taxaçaõ de grandes fortunas, e de beneficiamento das camadas mais baixas é uma necessidade real de nossa sociedade. Justamente por defender mudanças fiscais favoráveis ao trabalhador e taxaçaõ de grandes fortunas, muitos críticos chamam Piketty de o novo Marx do séc. XXI. O próprio Piketty não se considera como marxista, criando sua própria teoria do crescimento econômico, totalmente contrária à de Marx. A ideia de Marx de que o retorno do capital reduziria pouco a pouco provocando a crise do capitalismo, é recusada por Piketty. Ele por sua vez defende que a taxa de retorno do capital (r) tende a ser maior que a taxa de crescimento da economia (g). A ideia de que se $r > g$, simplifica que se o rendimento do capital for maior que o crescimento da economia, ou que o capitalista consegue acumular mais rápido que o resto da sociedade, então haverá ao longo do tempo desigualdades de renda.

Ao tratar do problema da distribuição, Piketty (2014, p.41) lembra que as sociedades atuais estão em constante modificação e isso cria novos obstáculos, contudo não devemos deixar de olhar para o passado.

[...] a história da renda e da riqueza é sempre profundamente política, caótica, e imprevisível. O modo como ela se desenrolará depende de como as diferentes sociedades encaram a desigualdade e que tipo de instituições e políticas públicas essas sociedades decidem adotar para remodelá-la e transforma-la. Ninguém pode saber como isso tudo há de evoluir nas próximas décadas. As lições do passado são ainda assim, muito úteis, uma vez que nos ajudam a enxergar com mais clareza as escolhas com as quais talvez nos confrontaremos no próximo século e o tipo de dinâmica que prevalecerá.

Piketty salienta muito o quanto o ambiente político e econômico pode mudar, inclusive os efeitos das políticas de distribuição. O ser humano se adapta as mudanças de ambiente político e econômico, e isto permite que surjam novos meios de driblar os sistemas e as novas políticas para diversos fins, lícitos ou não, tendo o intuito de inclusive acumular recursos. Tais ferramentas fiscais apresentadas neste trabalho podem ser utilizadas tanto na Europa e EUA, como no Brasil, pois são ferramentas e políticas não culturais e/ou para casos específicos, mas ferramentas que intervêm na estrutura do sistema capitalista. Elas são amplas e genéricas a qualquer ambiente capitalista. Talvez no longo prazo, ecloda algum meio de desviar dessas políticas, ou então estas próprias políticas não façam mais o efeito esperado. O mais importante é olhar para o passado e aprender com as experiências e práticas já realizadas. Tão importante como o desenvolvimento econômico e social da sociedade é a distribuição de renda e a existência de um ambiente de igualdade entre os indivíduos.

REFERÊNCIAS

BLOG DA BOITEMPO. **Harvey: Reflexões sobre “O capital”, de Thomas Piketty.** 2014. Disponível Em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/>> Acesso em 06 mai. 2016.

CARTA CAPITAL. **“Não discutir impostos sobre a riqueza é loucura”.** 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/thomas-piketty-nao-discutir-impostos-sobre-riqueza-no-brasil-e-loucura-7525.html>> Acesso em 26 out. 2015.

CARTA MAIOR. **O porquê das desigualdades: uma crítica do livro de Thomas Piketty.** 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-porque-das-desigualdades-uma-critica-do-livro-de-Thomas-Piketty/7/30949>> Acesso em 10 abr. 2016.

ESAS – ESCOLA SECUNDARIA DE ALBERTO SAMPAIO. **Noção de classe social.** Disponível em: <<http://www.esas.pt/dfa/sociologia/classesocial.htm>> Acesso em 10 mar. 2016.

ESQUERDA. **A exploração social como principal causa do aumento das desigualdades.** 2014. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/exploracao-social-como-principal-causa-do-aumento-das-desigualdades/32542>> Acesso em 25 abr. 2016.

IHU - INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **'O Capital no século XXI' revoluciona ideias sobre desigualdade.** 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530720-o-capital-revoluciona-ideias-sobre-desigualdade>> Acesso em 06 mai 2016.

INFLEXÃO. **Como usar o que nos escreve Thomas Piketty em "O Capital no Século XXI".** 2014. Disponível em: <<http://inflexaoblog.blogspot.com.br/2014/03/como-usar-o-que-nos-escreve-thomas.html>> Acesso em 06 mai. 2016.

INSTITUTO ORDEM LIVRE. **Distribuição de renda: melhor fazer pelo mercado ou pela ação do Estado?** 2010. Disponível em <<http://ordemlivre.org/posts/distribuicao-de-renda-melhor-fazer-pelo-mercado-ou-pela-acao-do-estado>> Acesso em 10 out. 2015.

LUX, Kenneth. **O erro de Adam Smith: de como um filósofo moral inventou a economia e pôs fim a moralidade.** São Paulo: Nobel, 1993.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo. 1981. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>> Acesso em 25 abr. 2016.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização.** 6.ed. São Paulo: Globo, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política.** Livro 1, 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX. Karl. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. 8.ed. São Paulo: Graal, 2000.

O TEMPO DA HISTÓRIA. **Prosperidade econômica do bloco capitalista: "Trinta Gloriosos"**. 2010. Disponível em: <http://tempo-da-historia.blogspot.com.br/2010/03/prosperidade-economica-do-bloco_15.html> Acesso em: 02 set.2015.

PAGINA 22. **Por trás de uma curva**. 2008. Disponível em ><http://pagina22.com.br/2008/10/18/por-tras-de-uma-curva/>>. Acesso em 07 jun. 2016

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PUBLICO. **Anda por aí um novo Marx**. 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/economia/noticia/anda-por-ai-um-novo-marx-1637139>> Acesso em 06 mai. 2016

PUBLICO. **Thomas Piketty e O Capital no Século XXI**. 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/economia/noticia/thomas-piketty-e-o-capital-no-seculo-xxi-1636132>>. Acesso em 06 mai. 2016

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Livro 1. JURUÁ. 2006

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.